

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

MARIA MARIANA CARDOSO TEIXEIRA

**EMPREENDEDORAS DE SI MESMAS: IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO E  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ENTRE JOVENS MULHERES DE UBERLÂNDIA**

Uberlândia - MG  
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

MARIA MARIANA CARDOSO TEIXEIRA

**EMPREENDEDORAS DE SI MESMAS: IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO E  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ENTRE JOVENS MULHERES DE UBERLÂNDIA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Universidade Federal  
de Uberlândia como requisito parcial  
para a obtenção do título de  
Graduada em Ciências Sociais.

Uberlândia - MG  
2022

MARIA MARIANA CARDOSO TEIXEIRA

**EMPREENDEDORAS DE SI MESMAS: IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO E  
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO ENTRE JOVENS MULHERES DE UBERLÂNDIA**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Universidade Federal de  
Uberlândia como requisito parcial para  
a obtenção do título de Graduada em  
Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Moacir de Freitas  
Junior

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior (Orientador)  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

---

Profa. Alecilda Aparecida Alves Oliveira  
Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

---

Profa. Dra. Patrícia Trópia  
Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Uberlândia - MG  
2022

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Darli e Custódio, e meus irmãos, Allan e Allana, por todo o apoio e incentivo que tive ao optar por seguir na área das Ciências Sociais.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Moacir de Freitas Junior, por aceitar me orientar neste trabalho, por suas aulas que me inspiraram a ser professora, pelo incentivo, apoio, e por sempre acreditar no meu potencial enquanto cientista social.

A Nathiele e Débora, minhas amigas que acompanharam de perto todo o processo de elaboração deste trabalho, e estiveram sempre ao meu lado me apoiando. E também as minhas amigas da graduação, que se tornaram minha família e me incentivaram a concluir minha formação.

Por fim, à Universidade Federal de Uberlândia, por proporcionar um ensino público e de qualidade que revoluciona a vida de seus estudantes. E ao Instituto de Ciências Sociais e todo o seu corpo docente.

## RESUMO

A reestruturação produtiva do capital nos colocou diante de um cenário de acumulação flexível. Frente às mudanças organizacionais, toda a classe trabalhadora se viu em um processo cada vez mais intenso de flexibilização e precarização do trabalho. Nesse processo, vemos a captura da subjetividade dos indivíduos, visando um maior acúmulo de capital. O pleno emprego, neste cenário, se tornou uma meta inalcançável. Sendo assim, buscando contornar o sentimento de instabilidade gerado pelo desemprego, o discurso da responsabilização individual ganhou força, e o aspecto coletivo do trabalho se enfraqueceu. Dessa forma buscamos, através deste estudo, compreender qual a relação presente entre o empreendedorismo e a responsabilização individual. Através de um recorte de faixa etária e de gênero, problematizamos o que tem motivado jovens mulheres – que residem na cidade de Uberlândia - a empreender, e buscar, através de sua ação individual, modificar sua realidade material.

**Palavras-chave:** jovens; mulheres; empreendedorismo; acumulação flexível; ação individual.

## ABSTRACT

The productive restructuring of capital has placed us before a scenario of flexible accumulation. Faced with organizational changes, the entire working class found itself in an increasingly intense process of flexibilization and job insecurity. In this process we see the capture of the subjectivity of individuals, aiming at a greater accumulation of capital. Full employment, in this scenario, has become an unattainable goal. Thus, seeking to get around the feeling of instability generated by unemployment, the discourse of individual responsibility has gained strength, and the collective aspect of work has been weakened. Thus, we sought, through this study, to understand the relationship between entrepreneurship and individual responsibility. Through an age and gender cutout, we problematize what has motivated young women - who live in the city of Uberlândia - to undertake, and seek, through their individual action, to change their material reality.

**Keywords:** young people; women; entrepreneurship; flexible accumulation; individual action.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
METODOLOGIA	11
<b>1. O neoliberalismo e os impactos na formação do indivíduo.</b>	<b>14</b>
<b>2. De explorado à colaborador</b>	<b>21</b>
<b>3. A ideologia empreendedora no capitalismo flexível</b>	<b>26</b>
<b>4. As jovens empreendedoras da cidade de Uberlândia</b>	<b>32</b>
<b>4.1. Jovens empreendedoras iniciais</b>	<b>34</b>
<b>4.2. A inserção das jovens no mercado de trabalho e a necessidade de se qualificar</b>	<b>35</b>
<b>4.3. A ideologia empreendedora como fuga para o desemprego</b>	<b>39</b>
<b>4.4. A divisão sexual do trabalho</b>	<b>43</b>
Considerações finais	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir de que forma o empreendedorismo tem se apresentado como uma alternativa viável para contornar o desemprego e o trabalho precário. Diante de um cenário de acumulação flexível – onde o desemprego se tornou um problema estrutural – a ação individual aparece como uma forma de contornar as dificuldades e precariedades do mercado de trabalho e, no bojo desse culto à ação individual está o incentivo ao empreendedorismo. Com um recorte de faixa etária e gênero, buscamos compreender quais as motivações que fazem com que mulheres jovens que residem na cidade de Uberlândia busquem dar início ao seu próprio negócio.

Neste sentido, as hipóteses que pretendemos discutir perpassam pelas seguintes questões: com o aumento da flexibilidade e da mobilidade no capitalismo, o trabalhador se viu cada vez mais enfraquecido em um cenário de alta na taxa de desemprego (HARVEY, 1992). A acumulação flexível trouxe consigo mudanças rápidas nas formas de produção e, dessa forma, o que vimos foi um vasto movimento de aumento do setor de serviços, seguido por uma diminuição da estabilidade nos postos de trabalho.

O aumento do setor de serviços, somado à alta taxa de desemprego, resultou em um cenário de vagas de trabalho cada vez mais precárias. A juventude, frente ao capitalismo flexível, vem sendo a mais afetada com o cenário de desemprego estrutural. Sendo descrita como um aglomerado de pessoas criativas, flexíveis e inovadoras (PIRES, MOTA, 2021), a juventude é vista como possuidora de todos os pré-requisitos para se tornarem grandes empreendedores. Porém buscamos problematizar o porquê o empreendedorismo – que também é uma forma de trabalho precário – vem sendo utilizado como um meio para supostamente contornar a precarização dos postos de trabalho.

Somado ao recorte de faixa etária, também realizamos um recorte de gênero, pois o trabalho ainda é utilizado como um meio de reprodução das relações sociais entre os sexos (HIRATA, KERGOAT, 2007). Dessa forma, buscamos compreender como as mulheres veem no empreendedorismo uma forma de, através de sua ação individual, contornar o desemprego estrutural e/ou fugir de vagas de trabalho precário que possuem baixa remuneração.

O trabalho está disposto da seguinte forma: uma primeira sessão, onde discutiremos conceitos que entendemos ser chave para a compreensão do que leva as pessoas a buscarem o caminho do empreendedorismo iludidas pela falsa ideia de liberdade no trabalho. Iniciamos essa sessão utilizando Dardot e Laval (2016) para descrever como ocorreu a ascensão do



neoliberalismo e como o mesmo adquiriu sua forma através da modificação dos meios de produção.

A mudança no regime de acumulação foi representada pelo conceito de “acumulação flexível” apresentado por Harvey (1992). É nesta etapa que dissecamos sobre o crescimento do setor de serviços somado à flexibilização do trabalho. O aumento da flexibilidade e da mobilidade, somados à alta taxa de desemprego, permitiram que os empregadores exercessem um controle cada vez maior sobre a força de trabalho. Dessa forma, Antunes (2002) nos mostra que os trabalhadores se viram enfraquecidos, e um projeto de controle social através dos contratos de trabalho foi iniciado.

Com processos de trabalho cada vez mais flexíveis, a acumulação flexível trouxe à tona o conceito de produção difusa (ALVES, 2008). Essa produção tem como característica principal a desconcentração produtiva, abrindo espaço para o fortalecimento de trabalhos mais precários como a terceirização e o trabalho por encomenda. Dessa forma, vemos uma diminuição do emprego regular e um crescimento do trabalho temporário.

Com a diminuição do emprego regular, os trabalhadores passaram a ser cada vez mais descartáveis, resultando em uma retração do valor pago a eles. O salário passou a ser cada vez menor e a força de trabalho se viu em um cenário de adesão à multifuncionalidade. Com trabalhadores multifuncionais, o tempo improdutivo de cada trabalhador diminuiu e, dessa forma, o funcionário mal pago e com multitarefas passou a gerar trabalho excedente. Para discorrer sobre o trabalho excedente, utilizamos o conceito de mais-valor apresentado por Marx (1996).

Em seguida, na sessão dois, procuramos demonstrar o caráter ideológico do empreendedorismo, cuja fórmula é repassar ao indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso, desconsiderando a subjetividade, o caráter coletivo do trabalho complexo, as questões estruturais, enfim, singularizando, individualizando o que é comum, de modo a concentrar na ideia de esforço, de “vestir a camisa” do trabalho como sendo o caminho da ascensão social, quando na verdade este é o caminho para a precarização.

O conceito “sujeito neoliberal” apresentado por Dardot e Laval foi usado para descrever de que forma a lógica do capital interfere nas características psíquicas dos indivíduos. Em busca de uma maior captura da subjetividade dos trabalhadores, as empresas passaram a utilizar de alguns artifícios, um deles é o uso do termo “colaborador” ou “associado”. Para que o trabalhador foque em um aumento de sua produtividade, ele precisa se sentir peça indispensável da empresa, dessa forma, o termo “colaborador” é uma maneira de romper com a rigidez

empresarial e fazer com que os indivíduos unam seu conhecimento acumulado com sua responsabilidade no processo produtivo.

Na sessão três, apresentamos os resultados da pesquisa de campo realizada com jovens empreendedoras da cidade de Uberlândia, de 18 a 24 anos. Trazemos gráficos tabuladores das respostas e nossas análises em cada passagem, procurando demonstrar o acerto de nossa hipótese em relação ao que, de fato, é a ideologia empreendedora: uma fábula que mascara, ao menos no nível em que pesquisamos, a cada vez maior precarização do trabalho no capitalismo neoliberal atual.

Nas entrevistas buscamos, através das primeiras questões, compreender um pouco sobre a realidade social das entrevistadas. Logo em seguida focamos na atuação profissional delas, onde buscamos entender aspectos como: desde qual idade elas estão inseridas no mercado de trabalho; se são empreendedoras iniciais ou não; sobre o que se trata seu empreendimento; se elas trabalham ou não na informalidade; e qual a renda individual e familiar de cada uma.

Através das entrevistas, outro ponto que buscamos compreender foi a visão que as mulheres possuem sobre o ato de empreender e como a racionalidade neoliberal está presente na análise que as mesmas têm sobre sua realidade social. O motivo pelo qual elas empreendem, como elas encaram postos de trabalho formais e se estão satisfeitas ou não com seu trabalho, foram questões levantadas que nos trouxe resultados sobre as percepções que cada empreendedora possui sobre si mesma e sobre seu negócio.

Com os resultados obtidos, analisamos que o empreendedorismo é visto pelas entrevistadas como uma maneira de driblar a precarização do trabalho através de sua ação individual. O trabalho em momento algum foi citado como algo que possui um caráter coletivo, cada entrevistada cita que sua ascensão social virá através de seu esforço individual.

## **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento do trabalho, utilizamos tanto da pesquisa bibliográfica, embasando nossas hipóteses em consagrados autores das Ciências Sociais, cujos resultados estão listados nas referências ao final e que foram de grande valia para auxiliar na construção do objeto aqui exposto e na explicação dos resultados alcançados pela pesquisa de campo, possibilitando ao trabalho dar uma contribuição ao tema tratado.

Realizamos uma pequena pesquisa de campo qualitativa, com questionário estruturado aplicado pessoalmente pela autora nas entrevistadas, por meio virtual, pois ainda estávamos no meio da pandemia e o contato social estava restrito.

Parte das explicações concernentes à entrevista estão descritas na terceira sessão deste trabalho (a transcrição do questionário, as explicações acerca do recorte, das questões e outras informações relevantes), que reservamos para discutir a pesquisa e seus resultados, mas cabe, desde logo, explicarmos do ponto de vista metodológico os caminhos de pesquisa adotados.

Adotamos a pesquisa qualitativa porque buscamos nos aproximar das hipóteses através de questões mais particulares acerca da realidade das entrevistadas. Através de suas falas, trabalhamos com o universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes de cada uma (MINAYO, 2002).

Foram realizadas 12 (doze) entrevistas, todas com mulheres na faixa etária entre 18 e 24 anos e que residem na cidade de Uberlândia. O critério para a escolha das entrevistadas e o número de entrevistas foi definido com base na quantidade de dias úteis disponíveis para a realização da pesquisa. O fato de ser um Trabalho de Conclusão de Curso, cujo escopo é de menor alcance por sua própria natureza, e ser uma pesquisa sem financiamento, também foram pontos levados em consideração para a definição deste número. A Comissão de Ética em Pesquisa – CEP da UFU deu aval para a pesquisa.

As entrevistas estruturadas seguiram o mesmo padrão, aplicadas de forma individual e com questões de respostas abertas. O processo foi todo gravado, para permitir analisar pormenorizadamente as respostas. Os nomes e dados pessoais das entrevistadas permanecerão em sigilo na posse dos pesquisadores. As participantes foram entrevistadas apenas pela pesquisadora, a única que conhece a identidade das entrevistadas e as entrevistas foram transcritas como “entrevistada X”, sendo “X” um número de 01 a 12, que é o tamanho da amostra. Os resultados obtidos nas entrevistas foram apresentados através de gráficos tabuladores.

Terminada a introdução, passemos ao trabalho em si, iniciando pela questão do neoliberalismo e seus impactos na formação do indivíduo.

## **1. O neoliberalismo e os impactos na formação do indivíduo.**

Para assegurar sua existência no mercado de trabalho, o pequeno empreendedor precisa estar inserido em uma sociedade capaz de gerar sentido à sua ação. Diante disto, para que consigamos entender esse sentido gerado, é necessário partirmos do campo ideológico responsável por ele. Dessa forma, o neoliberalismo é um dos pontos centrais deste estudo. Para compreender de maneira mais clara o incentivo ao empreendedorismo, desde a sua gênese até os impactos que ele tem na sociedade, é necessário, a priori, entendermos como o neoliberalismo surgiu, as mudanças que ele trouxe ao funcionamento do sistema capitalista e de que forma a sua racionalidade atua na vida dos indivíduos.

O neoliberalismo teve sua ascensão após uma crise no liberalismo dogmático. Dardot e Laval (2016) apontam que esse movimento de modificação dos dogmas teve seu início em 1880. A crise no liberalismo vem acompanhada de uma crise na sua governamentalidade, pois diante das mudanças que estavam ocorrendo no sistema capitalista, no que diz respeito à sua organização, a intervenção governamental passou a ser considerada necessária. Dessa forma, um dos principais pilares do liberalismo clássico – a não intervenção do Estado na economia – começou a ser contestado. Os conflitos de classe também contribuíram para este cenário.

Os capitalismo norte-americano e alemão, as duas potências emergentes da segunda metade do século XIX, demonstravam que o modelo atomístico de agentes econômicos independentes, isolados, guiados pela preocupação com seus próprios interesses, é claro, e cujas decisões eram coordenadas pelo mercado concorrencial quase não correspondia mais às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro realmente existente (DARDOT, LAVAL, 2016, P. 37).

O fenômeno das empresas é um ponto levantado pelos autores citados que também contribui para a compreensão do declínio do liberalismo clássico. As empresas possuíam uma forma de organização própria; conforme elas se organizavam, aumentavam seu capital e se desenvolviam, as fraquezas no argumento liberal de soberania do consumidor se tornavam mais aparentes. A maneira pela qual elas se organizavam permitiu que grandes grupos cartelizados - que tinham como foco engolir pequenos negócios - se desenvolvessem. A organização de grandes grupos cartelizados também resultou no que chamamos de oligopólios e monopólios, ou seja, apenas algumas empresas passaram a determinar o preço das mercadorias. Isso rompe com a concorrência perfeita e demonstra que o que ocorre dentro do sistema capitalista é uma concorrência desleal.

Desde meados do século XIX, foi possível analisar na Europa um movimento crescente de regulamentações com o objetivo de consolidar as condições de trabalho dos assalariados, na busca de evitar a miséria que estava em crescimento. A limitação da jornada de trabalho pode ser

usada como um exemplo. O movimento operário estava em desenvolvimento nesse período, o trabalho passava a apresentar seu caráter coletivo, entrando assim em conflito com a concepção puramente individual presente no dogma liberal.

Apesar desse movimento de modificação dos dogmas ter seu início em 1880, foi apenas após a crise do petróleo, que ocorreu nos anos 1970, que o neoliberalismo se tornou mais presente na sociedade. Através de inovações tecnológicas e organizacionais, o rompimento com o fordismo e a implementação de um novo modo de produção, chamado de toyotismo, passou a atuar no incentivo do que o Alves (2008) aponta como uma “cooperação complexa” da nova produção do capital, dando corpo ao neoliberalismo.

Harvey (1992) cita que desde meados dos anos 60 havia indícios de que o fordismo passava por problemas sérios que interferiam na sua efetividade. O mercado interno da Europa Ocidental e do Japão estavam saturados nesse período. Tais países haviam se recuperado de forma completa da guerra, o que resultou em um impulso para a criação de mercados de exportação.

Com a recuperação no pós-guerra, o presidente Richard Nixon, através de um decreto, determinou que o dólar não se apoiaria mais no “padrão ouro”, ou seja, ele não iria mais utilizar o ouro para determinar seu valor. Dessa forma ele foi responsável por uma desregulamentação do sistema monetário internacional, e por uma desvalorização da moeda.

... a competição internacional se intensificou à medida que a Europa Ocidental e o Japão, seguidos por toda uma gama de países recém-industrializados, desafiaram a hegemonia estadunidense no âmbito do fordismo a ponto de fazer cair por terra o acordo de Bretton Woods<sup>1</sup> e de produzir a desvalorização do dólar. A partir de então, taxas de câmbio flutuantes e, muitas vezes, sobremodo voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra. (HARVEY, 1992).

Segundo Harvey (1992), o período de 1965 a 1973 foi responsável por apresentar a incapacidade do fordismo de conter as contradições presentes no sistema capitalista. O autor aponta o que ele chama de “rigidez” como um aspecto central para tal incapacidade. Este conceito diz respeito aos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo nos sistemas de produção em massa. Não havia flexibilidade em relação ao planejamento da produção, o objetivo do fordismo estava sempre ligado a um crescimento estável. E por mais que houvesse tentativas de romper com a rigidez, a força da organização da classe trabalhadora assumiu o papel de obstáculo para o rompimento, o que fez com que as corporações buscassem

---

<sup>1</sup> O acordo de Bretton Woods ocorreu com o objetivo de definir os novos parâmetros que seriam responsáveis por dar as rédeas na economia mundial no pós-guerra. Este acordo foi o responsável por determinar a paridade do dólar com o ouro.

entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle de trabalho, com foco em superar ou agregar o poder sindical.

As grandes corporações se viram diante de uma realidade na qual um plano de estratégias corporativas era essencial para a sua sobrevivência. Assim, mudanças tecnológicas, de automação, busca de novos nichos de mercado, dispersão geográfica e outras medidas para acelerar o tempo de giro do capital passaram a incorporar o plano.

A profunda recessão de 1973, intensificada com a crise do petróleo, colocou em movimento um conjunto de processos que foram responsáveis por enterrar o fordismo. Dessa forma, as décadas de 70 e 80 foram marcadas por um conturbado movimento de reestruturação econômica e de reajustamento social e político, passando para um regime de acumulação novo. O processo de globalização foi, de acordo com Hobsbawm (1995) ponto chave para a criação de um mercado mundial que obrigou os países do mundo a integrarem as mudanças no regime de acumulação.

De fato, na década de 1970 observadores começaram a chamar a atenção para uma “nova divisão internacional de trabalho”, ou seja, uma maciça transferência de indústrias que produziam para o mercado mundial, da primeira geração de economias industriais, que antes as monopolizavam, para outras partes do mundo. [...] Essa globalização econômica, que pode ser constatada por qualquer um que verifique as origens nacionais de produtos vendidos num centro comercial norte-americano, desenvolveu-se lentamente na década de 1960 e se acelerou de modo impressionante durante as décadas de perturbações econômicas mundiais após 1973. (HOBSBAWM, 1995, P.354)

Harvey (1992) utiliza o termo “acumulação flexível” para conceituar as mudanças no regime de acumulação. De acordo com o autor, elas são marcadas por um confronto direto com a rigidez já citada. Essas mudanças têm como uma de suas características, o surgimento de novos setores de produção. “A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços” (HARVEY, 1992, p.140). Esse processo também envolve o que Harvey (1992) chama de compressão do espaço-tempo. A comunicação, que passa a ser via satélite, e a redução de custos no transporte, fazem com que seja possível a difusão quase que imediata das decisões tomadas que envolvem o setor público e o privado.

Com o aumento da flexibilidade e da mobilidade, os empregadores passaram a exercer um controle mais forte sobre a força de trabalho. Força essa que se mostrava cada vez mais enfraquecida, devido à alta do desemprego em países capitalistas mais avançados (HARVEY, 1992). Dessa forma, com objetivo de recuperar o ciclo reprodutivo, a reestruturação iniciada

após a crise do fordismo visava também, segundo Antunes (2002,) a reposição de um projeto de controle social pelo viés dos contratos de trabalho. O capital se opôs ao poder das lutas sociais e iniciou uma modificação nas suas formas de dominação, o que resultou na flexibilização dos processos de trabalho.

O aspecto coletivo do trabalho, que sucedeu na consolidação de leis trabalhistas que garantiam a estabilidade dos trabalhadores, passou a ser atacado de forma direta. No fordismo, os trabalhadores possuíam cargos fixos, estavam sempre na mesma função, tornavam-se especialistas no papel que exerciam dentro do sistema produtivo. O foco era em um maior aproveitamento do tempo, em uma captura dos corpos, onde o olhar estava em quais movimentos o trabalhador deveria executar para aumentar sua produção e quais tecnologias deveriam ser implantadas para auxiliar nessa produção. O trabalho garantia, em certa medida, estabilidade aos trabalhadores.

Com a flexibilização dos processos de trabalho, a especialização passou a ser deixada de lado. A acumulação flexível trouxe à tona a produção difusa, rompendo com o modelo fordista, onde todos os trabalhadores estavam em um mesmo ambiente, cada um exercendo sua função específica. Essa produção ocorre por meio da constituição de redes de colaboradores (ALVES, 2008). A desconcentração produtiva fortalece a terceirização, o trabalho por encomenda, o trabalho em domicílio e até mesmo o trabalho clandestino.

Dessa forma, a organização do trabalho de forma especializada com cargos fixos para cada trabalhador é reduzida, dando margem à ascensão da flexibilização. Com o aumento do desemprego, da competição entre os trabalhadores e do enfraquecimento do aspecto coletivo do trabalho, os donos dos meios de produção passaram a impor contratos de trabalho mais flexíveis. Acarretando então no projeto de controle social pelo viés dos contratos de trabalho, citado por Antunes (2002). Diminui o emprego regular ao mesmo tempo que cresce o trabalho temporário. O cenário passa a ser de uma intensa precarização do trabalho. A economia capitalista passa então por um processo de radicalização da concentração e da monopolização.

...acentuam-se os elementos destrutivos em relação ao trabalho, enfatizando-se que as novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados. (ANTUNES, 2018, P. 76)

Antunes (2018) discorre também sobre a ideia de que diante de muitos trabalhadores descartáveis, a remuneração da força de trabalho é reduzida. Isso se dá pela retração do valor pago aos assalariados, porém os trabalhadores permanecem diante de um cenário que necessitam

adquirir multitarefas. Assumir muitas funções diminui o tempo improdutivo de cada trabalhador. Dessa forma o funcionário mal pago e multifuncional gera mais trabalho excedente, gera mais-valor.

O conceito mais-valor foi desenvolvido por Marx (1996). Através de sua análise crítica acerca do funcionamento do sistema capitalista, Marx (1996) identifica que todo trabalhador produz mais-valor, que se materializa no trabalho não pago.<sup>2</sup>

O segundo período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor. Ela gera a mais-valia, que sorri ao capitalista com todo o encanto de uma criação do nada. Essa parte da jornada de trabalho chamo de tempo de trabalho excedente, e o trabalho despendido nela: mais-trabalho (surplus labour). (MARX, 1996, P. 331)

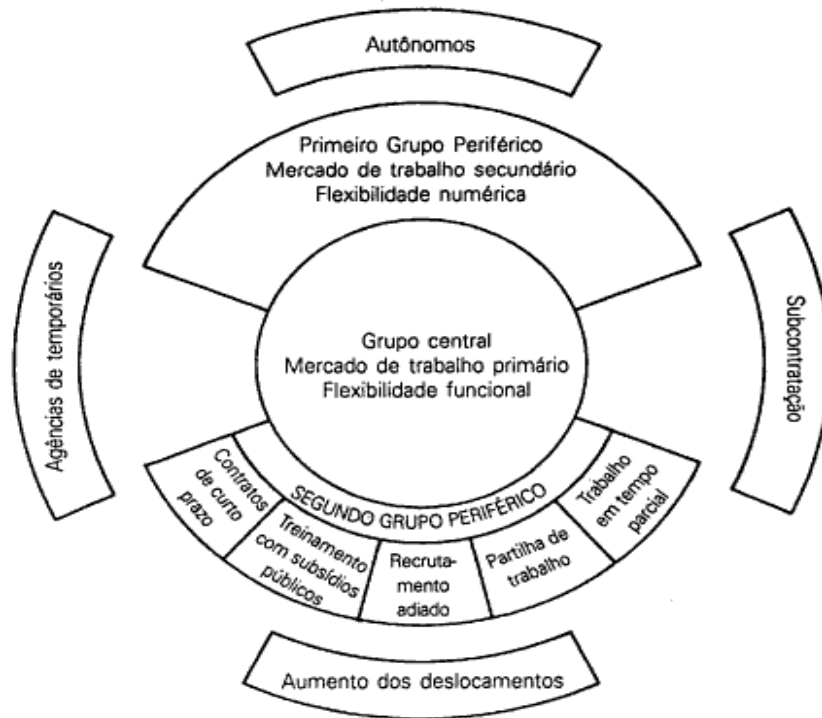
Para viabilizar as mudanças propostas nesse novo modo de produção capitalista, as leis trabalhistas precisavam seguir o mesmo ritmo flexível. Dessa forma, houve o afrouxamento das leis que regem o contrato de trabalho, chamadas de encargos por grandes empresas, pois elas limitavam, em certa medida, o trabalho excedente. Reduzir os custos sociais que estão relacionados às leis de contratação atende às necessidades das empresas, pois passa a ser possível empregar uma mão-de-obra cada vez mais barata.

A flexibilização do trabalho e das leis trabalhistas resultou em uma nova estrutura de mercado de trabalho. Essa estrutura foi apresentada por Harvey (1992) na imagem a seguir. O autor retirou essa imagem da *Flexible Patterns of Work* (1986).

---

<sup>2</sup> Para uma melhor compreensão acerca do conceito de mais-valor, irei partir de um exemplo pessoal. Quando eu desempenhava o cargo de atendente de telemarketing, eu estava em um projeto onde efetuava a venda de máquinas de cartão; minha meta era vender quatro máquinas por dia. Em um mês, resultava em cerca de 88 máquinas. Meu salário era de R\$1.045,00 - o salário mínimo da época. A máquina mais barata que eu vendia custava R\$ 40 e a mais cara R\$ 478,80. Irei trabalhar com o valor mais baixo para facilitar a conta. Se dividirmos 1.045 por 40 temos como resultado 26,12, ou seja, meu salário era equivalente à venda de 27 máquinas. Se pegarmos a meta de 88 e subtrairmos 27, o resultado é 61. De 88 máquinas vendidas, meu salário era equivalente a apenas 27, o restante era trabalho excedente, não pago. O valor das 61 máquinas restantes é o que permitiam que o meu empregador acumulasse capital.





Nessa imagem, o centro é representado por um grupo composto por empregados que são contratados em tempo integral, de forma que a sua posição se torna essencial na dinâmica da empresa. Harvey (1992) aponta que esse grupo possui uma maior segurança no seu emprego e gozam de vantagens como perspectivas de promoção e seguro. É demandado deste grupo que ele “atenda a expectativa de ser adaptável, flexível e, se necessário, geograficamente móvel” (HARVEY, 1992, p.144).

Na periferia estão outros dois grupos. O primeiro são os trabalhadores contratados em tempo integral, que desenvolvem trabalhos que não demandam especialização – como, por exemplo, o setor de limpeza – tornando-os facilmente substituíveis. A falta de oportunidade de um plano de carreira e o desgaste proporcionado pelo trabalho faz com que esse grupo seja muito rotativo.

Já o segundo grupo possui uma flexibilidade numérica na sua contratação maior que o primeiro. Nele estão: empregados que atuam em tempo parcial, casuais ou até mesmo em contrato temporário. Esse grupo possui menos segurança no emprego do que o primeiro. (HARVEY, 1992)

Outro grupo que gostaríamos de chamar atenção é para os autônomos. Eles são indivíduos que estão à margem da estrutura do mercado de trabalho; por serem seus “próprios

patrões”, os autônomos não possuem segurança em seus empregos e não usufruem de nenhum direito trabalhista. Em nossa pesquisa, eles são o nosso foco de análise.

Os novos arranjos de emprego flexível podem, por vezes, parecer mutuamente benéficos para empregadores e empregados. Isso ocorre porque eles passam a falsa impressão de que o trabalhador está mais livre e independente em relação ao seu trabalho; porém, quando pensamos a longo prazo, pontos como cobertura de seguro, os direitos de pensão, os níveis salariais e a segurança do emprego demonstram que tais arranjos são positivos apenas para quem está empregando (HARVEY, 1992).

O que vemos então é uma tendência na qual o número de trabalhadores “centrais”, ou seja, os que ocupam cargos mais altos nas empresas e que possuem maior estabilidade diminui drasticamente. Ocorre um aumento na contratação de uma força de trabalho que é demitida sem custos quando os níveis de lucro das empresas diminuem. O emprego regular diminui e o trabalho parcial cresce, abrindo espaço para a precariedade do trabalho.

Diante da transformação da estrutura do mercado de trabalho, houve também mudanças na organização industrial. A produção difusa é responsável por expandir os pequenos negócios, que em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho como o doméstico, artesanal e familiar revivam. Esse retorno de formas mais antigas pode se materializar como uma estratégia de sobrevivência para os desempregados ou pessoas que são totalmente discriminadas.

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa, e ali explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável. (HARVEY, 1992, P.146)

Diante dessas mudanças organizacionais de produção e da necessidade de adaptação por parte da classe trabalhadora, o toyotismo atua com o objetivo de capturar não só os corpos – como no fordismo – mas também a subjetividade do trabalho vivo, ou seja, em se apropriar do saber fazer de cada indivíduo (ALVES, 2008). A subjetividade de cada trabalhador passa a compor essa nova configuração precária do trabalho.

Nestes termos, trataremos a seguir sobre como tais mudanças organizacionais de produção passaram a mobilizar a mente e o corpo dos indivíduos, o que torna o trabalho algo mais instintivo, envolve o trabalhador por completo e faz com que o mesmo se veja cada vez mais engajado em seu trabalho.

## 2. De explorado à colaborador

As mudanças no modo de produção capitalista que resultaram na implementação do toyotismo foram cruciais para o processo de precarização do trabalho. Diante de um cenário inundado pela precarização, a classe trabalhadora, visando se adaptar ao sistema de acumulação flexível, passou a testemunhar a captura de sua subjetividade por parte do mercado de trabalho.

Utilizamos o conceito de “sujeito neoliberal” apresentado por Dardot e Laval (2016) para descrever os efeitos da lógica do capital nas características psíquicas dos indivíduos. Os autores apontam que, diante dessa nova condição, os indivíduos passaram a valorizar aspectos da competitividade e da multifuncionalidade. Importa lembrar que o toyotismo reformula a organização das empresas. Em um cenário onde o número de funcionários diminui e a classe assalariada necessita assumir multitarefas para garantir seu emprego, a competitividade passa a ser central, pois está posto o desemprego estrutural.

Adiante trabalharemos melhor acerca da competitividade; por hora vamos nos atentar a essa captura da subjetividade de cada trabalhador. Em uma realidade que exige um trabalhador multifuncional, a dedicação dos indivíduos a seu posto de trabalho se intensificou, tornando mais atrativo para o capitalista empregar indivíduos que possuam uma disposição quase que afetiva em estar integrado à lógica do capital. Para reafirmar essa posição e integrar de forma completa os indivíduos na lógica neoliberal, as empresas utilizam de alguns artifícios. Um deles é a mudança de nomenclatura para se referir à classe trabalhadora. Hoje muitas empresas utilizam termos como: “colaborador” ou “associado” para maquiagem a precarização do trabalho. Chamar o empregado de colaborador dá a falsa impressão de que o mesmo é peça insubstituível para a excelência da empresa, disfarçando e amenizando o processo de exploração.

A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o desejo com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. (DARDOT, LAVAL, 2016, P.322)

Algumas empresas que passaram a adotar essa captura da subjetividade do trabalhador se denominam como “Empresa Rede”. O conceito de empresa rede foi citado por Sennett (2009) em sua análise sobre como o capitalismo flexível interfere no caráter dos indivíduos. Ele aponta que no fordismo as organizações das empresas se davam como uma pirâmide, onde era bem delimitado quem era patrão e quem era funcionário. Já no toyotismo a administração passou a ser

como redes, pois elas podem ser redefinidas de forma mais fácil. As redes também têm a característica de não definir de forma clara a função de cada trabalhador, o que demonstra a necessidade de contratar trabalhadores multifuncionais.

O capitalismo do século dezenove tropeçou de desastre em desastre nas bolsas de valores nos investimentos empresariais irracionais; as loucas oscilações do ciclo comercial pouca segurança ofereciam às pessoas. Na geração de Enrico, após a Segunda Guerra Mundial, essa desordem foi de algum modo posta sob controle na maioria das economias avançadas; sindicatos fortes, garantias do estado assistencialista e empresas em grande escala combinaram-se e produziram uma era de relativa estabilidade. Esse período de mais ou menos trinta anos define o “passado estável” hoje contestado por um novo regime. Uma mudança na moderna estrutura institucional acompanhou o trabalho a curto prazo, por contrato ou episódico. As empresas buscaram eliminar camadas de burocracia, tornar-se organizações mais planas e flexíveis. Em vez das organizações tipo pirâmide, a administração quer agora pensar nas organizações como redes. (SENNETT, 2009, P.23)

A título de exemplo, vejamos um caso local, a empresa Algar Telecom, que atua a nível nacional, mas tem sua sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Em uma entrevista ao Jornal Estado de Minas em 2017, Cida Garcia, diretora de talentos humanos da Algar Telecom, aponta que a empresa passou a utilizar um modelo de gestão onde “os funcionários são chamados associados porque dá sentido ao pensamento do nosso fundador. Ele dizia que 'o funcionário fica bom quando começa a se sentir dono'. É o que procuramos fomentar”. (MONTEIRO, 2017)

Neste sentido, a explicação de Jacob Lima (2010) sobre “vestir a camisa da empresa” também nos ajuda a compreender o conceito de empresa-rede. Para o autor, a ideia de dedicação pessoal à empresa está ligada a prezar por uma autonomia que pressupõe unir o conhecimento acumulado de cada trabalhador com a sua responsabilidade de participar da organização do e no processo produtivo. A subjetividade do indivíduo passa a estar imersa na atividade que se vê obrigado a desenvolver em seu trabalho. Para que o indivíduo foque em um aumento de sua produtividade, ele precisa se sentir parte da empresa, rompendo com a rigidez corporativa na intenção de fazer com que o trabalhador se sinta à vontade para sugerir mudanças em sua atividade, sendo assim mais responsável pelo que realiza.

O toyotismo, como proposta de organização da produção e do trabalho romperia com a rigidez corporativa, individualizando mais o trabalhador, a partir da noção de participação, competitividade, metas a serem atingidas levando a uma fragmentação crescente do coletivo de trabalhadores, individualizando o ambiente de trabalho. Essa individualização recoloca a autonomia do trabalhador e seu caráter empreendedor dentro do processo produtivo (LIMA, 2010).

A noção de participação permite que o trabalhador se veja como uma empresa e incorpore de forma eficiente seu novo “papel”. Ele extrapola os limites da sua vida pessoal em relação ao trabalho e vive todo o seu tempo, seu dia a dia, de forma como se estivesse sempre

trabalhando. O rompimento com a rigidez corporativa contribui para um aspecto que as empresas buscam fomentar: o funcionário se reconhecer enquanto dono. Dessa forma, incluir em sua vida pessoal a lógica empresarial dá ao indivíduo uma certa motivação, como se o trabalho que ele desempenha para quem o emprega, seja na verdade, algo que ele está fazendo para si.

[...] esse sujeito é integrado de modo tão profundo e, portanto, subordinado ao objetivo imperante do crescimento macroeconômico a tal ponto que seu próprio bem-estar é sacrificado com facilidade a esses propósitos maiores. Além disso, a ideia e prática de responsabilização – que coage o sujeito a se tornar um auto investidor e auto provedor responsável – reconfigura o comportamento correto do sujeito de alguém conduzido naturalmente para interesses satisfatórios para alguém forçado a se envolver em alguma forma particular de auto sustento que se mescla à moralidade do Estado e da saúde da economia. (BROWN, 2017, P. 268)

A busca por uma sensação de pertencimento máximo presente na lógica empresarial visa maquiagem o sentimento de alienação entre o trabalhador e a empresa que ele atua (DARDOT, LAVAL, 2016). Se direcionarmos essa afirmação para a análise do pequeno empreendedor, podemos apontar que, na lógica empreendedora, prospera uma falsa ideia de que o indivíduo está liberto do processo de alienação pois está inserido de forma completa no processo produtivo. Porém, buscamos através deste estudo apontar que isso não se aplica à realidade.

Por mais que o indivíduo esteja cada vez mais próximo ao seu trabalho, incorporando-o em sua vida pessoal, ao analisarmos detalhadamente essa proximidade é possível perceber que o envolvimento participativo dos trabalhadores preserva, em sua essência, as condições de trabalho alienado. O neoliberalismo não rompe com a alienação que está sujeita a classe trabalhadora, ele apenas a modifica. O estranhamento passa a estar presente em relação ao que se produz e para quem se produz. (ANTUNES, 2002).

No capitalismo flexível o trabalhador não é transformado em mercadoria apenas durante seu horário formal de trabalho. A priori, cabe apontar que não foi apenas a partir do neoliberalismo que a força de trabalho se tornou mercadoria, isto já estava posto. A classe trabalhadora atua, desde a sua gênese, como vendedora de sua força de trabalho. E como todas as mercadorias, a força de trabalho tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção (MARX, 1867).

O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome seu tempo disponível para si, então rouba ao capitalista. O capitalista apoia-se pois sobre a lei do intercâmbio de mercadorias. Ele, como todo comprador, procura tirar o maior proveito do valor de uso de sua mercadoria. (MARX, 1867, P.347)

Estar inserido em uma lógica que captura sua subjetividade faz com que os indivíduos vendam sua força de trabalho por mais tempo, ou seja, o tempo em que ela está sendo consumida

pelo capitalista aumenta. Dessa forma o capitalismo flexível visa transformar o trabalhador em mercadoria em todos os âmbitos de sua vida, buscando sempre extrair o lucro máximo de toda forma de trabalho. É nesse cenário que o trabalhador passa a naturalizar a competição, seja ela no momento de contratação ou no próprio exercício do seu trabalho.

Em outras palavras, a racionalidade neoliberal produz o sujeito de que necessita ordenando os meios de governá-lo para que ele se conduza realmente como uma entidade em competição e que, por isso, deve maximizar seus resultados, expondo-se a riscos e assumindo inteira responsabilidade por eventuais fracassos. (DARDOT, LAVAL, 2016, P.323)

A captura da subjetividade dos indivíduos pelo neoliberalismo proporciona aos mesmos uma naturalização do risco, onde sugerir alterações no processo produtivo – ciente da possibilidade de um eventual fracasso – e se responsabilizar por isso se tornou algo comum. A reprodução das relações de competição produz “sujeitos empreendedores” que necessitam se adaptar a condições mais duras de trabalho que eles mesmos auxiliaram a produzir (DARDOT, LAVAL, 2016).

A competitividade exacerbada é uma forma de extração de mais-valia muito presente no neoliberalismo, que resulta em uma extração máxima do lucro em toda forma de trabalho. Há também outra exigência que está ligada a este ponto: o gozo máximo por parte do indivíduo. Dardot e Laval (2016) citam que atrelada à exigência de que o indivíduo produza cada vez mais, ele também deve gozar cada vez mais. A lógica de desempenho máximo passa a incorporar à vida do indivíduo uma busca constante por um “além” um “mais” - o mais-valor.

Não se trata mais de fazer o que se sabe fazer e consumir o que é necessário, numa espécie de equilíbrio entre inutilidade e utilidade. Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico. A própria vida, em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo. (DARDOT, LAVAL, 2016, P. 347)

Atribuir uma responsabilidade dessa magnitude ao trabalhador está diretamente ligado ao grau de exploração dele. Se pensarmos no conceito de mais-valor, podemos apontar que é mais rentável contratar um trabalhador que esteja disposto a “vestir a camisa” da empresa seguindo a lógica neoliberal. Pensar acerca dos problemas da empresa, buscar possíveis soluções o tempo todo, incorporar a competitividade e se sentir um colaborador singular resulta em um aumento do trabalho excedente. Se há um aumento do trabalho excedente, também há um aumento na extração de mais-valor. Dessa forma o empenho do indivíduo em estar sempre além de si mesmo fez com que a lógica do “mais-valor” deixasse de ser limitada apenas ao âmbito do regime de acumulação de capital e extrapolasse para a vida pessoal dos trabalhadores.

A extração de mais-valor se torna mais intensa com a contratação de trabalhadores autônomos. Os trabalhadores autônomos, por muitas vezes, possuem o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dessa forma eles são responsáveis pelos pagamentos de todas as taxas e impostos necessários que o permitam ter acesso a serviços sociais. Essa isenção de mais um direito trabalhista - combinada com a contratação apenas em momentos de necessidade - intensifica a extração de mais-valor.

O conceito “empreendedor” será utilizado neste estudo para tratar dos trabalhadores autônomos. Os empreendedores não se diferenciam dos demais trabalhadores no que diz respeito à captura de sua subjetividade pelo trabalho. Uma forma dessa captura é a naturalização do risco, que sucede as condições de trabalho cada vez mais duras e exigentes. Eles necessitam reproduzir as relações de competição presentes no mercado. A capacidade de inovar e de estar em constante formação ao que diz respeito às mudanças tecnológicas, é ponto central para sua sobrevivência no mercado de trabalho.

Na próxima seção iremos dissecar melhor os aspectos da ideologia empreendedora e de que forma o culto à inovação está imerso no trabalho precário presente no capitalismo flexível.

### **3. A ideologia empreendedora no capitalismo flexível**

Se na seção anterior pudemos nos aprofundar na questão do sujeito neoliberal e de como ele vem se moldando em termos de ser um “empreendedor”, nesta seção veremos com mais apuro como esta questão se reflete na precarização do trabalho nos dias atuais.

O sentido atribuído pelo empreendedor em sua forma de trabalho tem ligação direta com a ideologia empreendedora e tudo o que ela carrega. O conceito "empreendedorismo" está muito presente no capitalismo flexível. Dessa forma, buscando compreender melhor a gênese do conceito, partiremos da concepção de Joseph Schumpeter (1997), um dos principais teóricos sobre o tema.

Schumpeter (1997) foi responsável por modificar a noção de empreendedorismo. Para o autor, a inovação é o ponto de partida da ação empreendedora. Através dela novos produtos são desenvolvidos no mercado, modificando o comportamento das empresas e seus consumidores. O empreendedor, para Schumpeter (1997), é quem dá início a uma nova forma de consumir.

Entretanto, é o produtor que, via de regra, inicia a mudança econômica, e os consumidores são educados por ele, se necessário; são, por assim dizer, ensinados a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar. (SCHUMPETER, 1997, p.76)

Cabe então ao empreendedor inovar. Sua inovação é o que modifica o mercado consumidor. Modificá-lo resulta em desenvolvê-lo, pois a partir do momento em que o novo se dissemina e para de ser uma novidade, a economia deixa de crescer. Dessa forma, de acordo com Schumpeter (1997) o empresário ou empreendedor é agente fundamental para o desenvolvimento econômico. Ele o diferencia do papel de um capitalista. A priori, cabe mencionar que Schumpeter não possui a mesma visão de Marx sobre classes sociais. Para ele o que nos insere em uma classe não é a divisão social do trabalho, mas sim a nossa unidade familiar. Dessa forma, todos possuem a capacidade de ascender socialmente através de sua ação subjetiva, que no caso dos empreendedores é a de inovar. Esta ação não está ligada à herança familiar; logo, ser empresário tem relação com o comportamento individual dos sujeitos e não com a sua classe social.

Como ser um empresário não é uma profissão nem em geral uma condição duradoura, os empresários não formam uma classe social no sentido técnico, como, por exemplo, o fazem os proprietários de terra, os capitalistas ou os trabalhadores. Evidentemente a função empresarial levará o empresário bem-sucedido e sua família a certas posições de



classe. Também pode pôr o seu selo numa época da história social, pode formar um estilo de vida, ou sistemas de valores morais e estéticos; mas em si mesma não significa uma posição de classe, não mais do que pressupõe tais coisas. (SCHUMPETER, 1997, p.86)

Cabe apontar que para Schumpeter um empresário pode sim alcançar a classe social dominante - se tornar um proprietário de meios de produção - através de seu empreendimento. Porém, ao ascender desta forma, ele perde o título de empresário. Essa visão individualista acerca do empreendedor, que o isola enquanto trabalhador, não o enquadrando como parte de uma classe social, está muito presente no capitalismo flexível. Os processos de terceirização e exploração do trabalho são reflexos disso. É essa ideologia presente no discurso de Schumpeter (1997), que dissemina uma visão de empregabilidade e empreendedorismo que individualiza o trabalhador.

Essa individualização é muito utilizada atualmente, onde o capitalismo flexível tornou o pleno emprego uma meta inalcançável e não existem postos suficientes para englobar todos os indivíduos que necessitam de renda. Esse sentimento de insegurança e instabilidade que ascende junto à flexibilização do trabalho é então contornado pelo discurso da responsabilização individual. O trabalhador passa a ser o único responsável pelo seu emprego e desemprego; o caráter coletivo do trabalho é dilacerado pelo culto à ação individual.

Sennett (2009) nos mostra que essa nova forma organizacional do trabalho, marcada pelo curto prazo, limita a confiança que parte do trabalhador. Para se adaptar ao capitalismo flexível, o indivíduo opta por se blindar através de um distanciamento e uma cooperatividade superficial. A incerteza contemporânea é constante, resultando em um olhar da demissão como uma fatalidade, abrindo margem para o discurso da qualificação.

Num contexto de reordenamento social das profissões, em que assistimos a um processo no qual a qualificação se eleva e se intensifica ao mesmo tempo em que os salários caem e o status profissional se esvai (como no caso de médicos, professores, diversas especializações na engenharia, etc.) faz-se necessário o acionamento de mecanismos de complementação de renda e de busca de alternativas profissionais que cada vez mais passam pela descoberta de nichos de mercado e pelo autoempreendimento ou pelo exercício de profissões liberais fora das estruturas formais existentes. (PAIVA, 2000, P.52)

Nessa ótica da autonomia, o discurso da qualificação ganha espaço. Se, por mais qualificado que seja, o trabalhador não possui garantia de carreira ascendente, o sentido de toda sua trajetória de formação é alterado, sua forma de vivenciar o cotidiano e suas projeções de futuro perdem espaço para a busca por vencer dificuldades através de ações individuais.

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. (DARDOT, LAVAL, 2016, P. 325)

É no cenário de incentivo às ações individuais que a ideologia empreendedora ganha espaço, sendo vendida como uma forma de contornar o desemprego estrutural. O empreendedorismo aparece como uma alternativa de extrair mais-valor - rompendo com a relação mais comum, representada pelo salário. “Para isso, a interferência do Estado é providencial, pois é sua função criar o aparato legal através do qual a relação capital faz da força de trabalho uma empresa” (TAVARES, 2018, p.110).

No Brasil, a partir da criação de políticas econômicas de cunho neoliberal, o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) ascende com o objetivo de capacitar os indivíduos a se tornarem empreendedores. O órgão teve sua gênese em 1972, durante o II Congresso das Classes Produtoras, que foi composto pelos empresários do país. Neste congresso “o governo sugere a criação de um órgão que desse assistência à pequena empresa, configurando nesse cenário o CEBRAE (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa)” (TAVARES, 2014, p.56). Naquela passagem, era uma entidade pública vinculada ao governo federal.

De acordo com a Cartilha de 40 anos do SEBRAE, em 1984 o Congresso Brasileiro da Pequena Empresa aprovou o Estatuto da Microempresa. Com esse estatuto o Cebrae passou a ser utilizado em todos os estados do país, onde as microempresas começaram a ter mais facilidade ao registrar novos negócios. Nesse mesmo ano o CEBRAE começou a compor o Ministério da Indústria e do Comércio.

No ano de 1990 foi criada a lei nº 8.029, que transformou o Cebrae (Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena e Média Empresa) em SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O que antes era uma entidade pública, se transformou em um serviço social autônomo, ou seja, uma “instituição privada sem fins lucrativos e de utilidade pública, mantida por repasses das maiores empresas do país” (TAVARES, 2014, p.60).

Se entrarmos no site do SEBRAE<sup>3</sup> podemos observar toda uma estrutura composta por cursos (presenciais e *online*), palestras, consultorias e informações acerca do empreendedorismo. O site também oferece uma rede de entretenimento sobre o tema. Notícias, reportagens, fotos,

---

<sup>3</sup> [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). Acesso em: 12/07/2021

programas educativos e podcasts são formas utilizadas para disseminar conteúdos sobre a gestão de negócios, visando qualificar os empreendimentos do país.

Ações como essa de estímulo ao empreendedorismo surtiram efeito no Brasil. Em 2019, de acordo com a *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*<sup>4</sup>, 23,3% da população adulta estava como responsável e/ou envolvido na criação de um negócio que possui até 3,5 anos. Essa foi a maior porcentagem de empreendedores<sup>5</sup> iniciais em 20 anos. Em entrevista para a pesquisa GEM, Carlos do Carmo Andrade Melles – diretor presidente do SEBRAE – aponta que a baixa inflação em 2019, a redução da taxa básica de juros (Selic) e o uso de valores vindos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) são fatores que contribuíram para o aumento dessa porcentagem ao passar dos anos. Ele ainda cita algumas mudanças na legislação do país que também são importantes para o cenário atual.

A melhora do ambiente dos negócios, no país, devido a mudanças recentes na legislação brasileira, como por exemplo: (a) operacionalização da reforma trabalhista, em vigência desde novembro de 2017, que trouxe maior flexibilidade aos contratos de trabalho, permitindo customizações favoráveis a empregados e empregadores; (b) aprovação da reforma da previdência, em 2019, com a qual espera-se uma redução dos gastos públicos, melhorando a confiança dos empresários e liberando recursos para investimentos; (c) aprovação da medida provisória da liberdade econômica com o objetivo de reduzir a burocracia e facilitar a abertura de empresas, principalmente das micro e pequenas. Dentre as mudanças que contribuíram para tal melhoria, estão a não exigência do alvará de funcionamento para atividades de baixo risco, como é o caso da maioria dos pequenos comércios, a simplificação do sistema de escrituração digital de obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e a criação da figura do abuso regulatório, para impedir que o poder público edite regras que afetem a “exploração da atividade econômica” ou prejudiquem a concorrência. (GEM, 2019, P.9)

A fala do diretor presidente do SEBRAE no prefácio da pesquisa GEM nos mostra o cunho ideológico presente em sua análise acerca da realidade do empreendedor. Ao concordar com medidas como a Reforma da Previdência, ele demonstra como a flexibilização do trabalho está inundada pelo discurso da responsabilização individual. O termo “precarização do trabalho” não é utilizado pelo diretor, o que ele cita é como as reformas reduzem os gastos públicos e facilitam o interesse dos indivíduos em adquirir seu próprio negócio. A ótica neoliberal da autonomia presente no capitalismo flexível ganha voz na sua fala.

No Brasil, a taxa de empreendedorismo total no ano de 2019 foi 38,7%, ou seja, aproximadamente 53 milhões de brasileiros adultos estavam realizando alguma ação empreendedora (GEM, 2019). A pesquisa também aponta que, em 2019, 11,6 milhões de

---

<sup>4</sup> Principal pesquisa sobre empreendedorismo no mundo. Realizada anualmente durante 21 anos, já participaram mais de 110 países. No Brasil foram 2.000 indivíduos e 67 especialistas entrevistados no período de abril a julho de 2019.

<sup>5</sup> “No conceito GEM, o empreendedorismo é qualquer tentativa de criação de um novo negócio, seja uma atividade autônoma e individual, uma nova empresa ou a expansão de um empreendimento existente” (GEM, 2019).

trabalhadores estavam empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada. Esse número teve uma alta de 4% em relação ao ano anterior, demonstrando a intensificação do trabalho informal. “A quantidade de trabalhadores por conta própria também atingiu o maior nível da série, subindo para 24,2 milhões (sendo 19,3 milhões sem CNPJ), a expansão foi de 4,1% em comparação com 2018” (GEM, 2019, p.31).

No que diz respeito à motivação de cada indivíduo em dar início ao seu próprio negócio, a pesquisa GEM utilizou quatro afirmações que deveriam ser respondidas com as seguintes alternativas: concordo totalmente, concordo parcialmente, não concordo e nem discordo, discordo parcialmente e discordo totalmente. As afirmações eram: “para ganhar a vida porque os empregos são escassos”, “para fazer diferença no mundo”, “para constituir uma grande riqueza ou uma renda muito alta” e “para continuar uma tradição familiar”. (GEM, 2019, p.22).

Como resultados temos que aproximadamente 88% dos empreendedores iniciais em 2019, disseram que uma de suas motivações para dar início ao seu negócio foi a escassez de empregos. Dentre essa porcentagem, 26,2% apontaram que essa afirmação era sua única motivação para empreender. Dessa forma, podemos concluir que o empreendedorismo por necessidade é uma realidade no país.

A tabela a seguir nos mostra que aproximadamente 60% dos empreendedores iniciais e 52% dos estabelecidos estavam desempregados antes de dar início ao seu negócio. O desemprego foi fator crucial para 97% dos empreendedores iniciais e 92% dos estabelecidos. A ação individual foi de fato uma alternativa utilizada para driblar o desemprego.

**TABELA 3.11** Distribuição percentual de empreendedores segundo a condição de ocupação anterior à abertura do negócio - Brasil - 2019

Questão	Iniciais			Estabelecidos		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Nos três meses antes do início da atividade, estava desempregado e não arrumava emprego?	59,9	40,1	100,0	52,3	47,7	100,0
<b>Para os que afirmaram estar desempregados</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>	<b>Total</b>
O desemprego contribuiu ou acelerou a abertura da atividade?	97,0	3,0	100,0	92,8	7,2	100,0

Fonte: GEM Brasil 2019

O desemprego se intensificou no país durante o período de pandemia. De acordo com o relatório da GEM desenvolvido pelo SEBRAE em 2020 - em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) - sobre a realidade empreendedora no país, a taxa total de empreendedores caiu 18,33%, resultando em 31,6%. Dessa porcentagem, 23,4% são

empreendedores iniciais, ou seja, possuem até 3,5 anos de operação. Dentre os empreendedores iniciais “82% são motivados por: ganhar a vida porque os empregos são escassos” (ASN, 2021).

Visto que no capitalismo flexível o desemprego se tornou estrutural, sendo agora parte da organização da sociedade, o incentivo à ação individual busca atribuir ao trabalhador total responsabilidade pela sua posição no mercado de trabalho. No Brasil, através de políticas neoliberais de incentivo à ação empreendedora, a ideologia de culpabilização do indivíduo funcionou, a ponto de legislações que visam precarizar o trabalho, serem descritas como positivas para o desenvolvimento do país.

Neste cenário de desemprego estrutural e constante falta de perspectivas, no qual o Brasil está incluído, a culpabilização individual foi responsável pelo processo de incentivar que os trabalhadores adotem aspectos da ideologia neoliberal em suas vidas – é no bojo da ação individual como fuga do desemprego que estão os empreendedores. Dessa forma, o empreendedorismo passa a ser visto como uma alternativa prática para quem visa melhorar sua realidade social.

Buscando compreender os impactos da ideologia neoliberal na realidade dos trabalhadores, iremos discorrer a seguir sobre como as jovens mulheres empreendedoras que residem na cidade de Uberlândia compreendem a sua realidade, de que forma elas veem seus empreendimentos e quais suas principais motivações para iniciá-los.

#### **4. As jovens empreendedoras da cidade de Uberlândia**

Buscando delimitar nosso objeto de análise, optamos por focar nosso olhar sociológico para a realidade de mulheres jovens e empreendedoras da cidade de Uberlândia. A cidade de Uberlândia foi a escolhida para a realização da pesquisa devido à facilidade em entrar em contato com empreendedoras locais.

No início do levantamento teórico, quando nos atentamos para a realidade dos trabalhadores em um cenário de acumulação flexível, observamos que as mulheres são as mais afetadas. Quando relacionamos trabalho e gênero é essencial nos atentarmos para como o trabalho ainda é utilizado como uma forma de reproduzir as relações sociais entre os sexos (HIRATA, KERGOAT, 2007). Dessa forma, os efeitos da acumulação flexível são ainda mais severos quando consideramos as mudanças do papel das mulheres no mercado de trabalho. Por isso, optamos por fazer um recorte de gênero. Com esse recorte o número de entrevistas necessárias para a análise diminuiu, de forma a tornar possível a realização da pesquisa.

Buscando delimitar ainda mais o objeto de pesquisa, optamos por entrevistar mulheres jovens. Apesar do termo juventude englobar indivíduos que possuem até 29 anos, reduzimos as entrevistas para mulheres que possuem entre 18 e 24 anos. Esse intervalo de idade foi escolhido para delimitar ainda mais a análise.

Foram realizadas doze entrevistas. Este número, cuja obtenção foi apresentada na introdução, baseou-se em cálculo estatístico com margem de erro aceitável, ainda que alta. Se é certo que os resultados obtidos de um universo pequeno de entrevistadas não podem ser generalizados, também é certo que, para os fins deste trabalho, foi o melhor arranjo possível, dada a sua natureza e as limitações que a pandemia impôs ao trabalho de campo. A quantidade de dias úteis para a realização da pesquisa também foi um fator levado em consideração para a definição deste número. Todas as entrevistas foram estruturadas e seguiram o mesmo padrão. As questões aplicadas eram todas abertas, e permitiam que as entrevistadas apresentassem suas vivências individuais. Devido à pandemia da covid19, todas as entrevistas ocorreram de forma remota.

O questionário a seguir foi utilizado como estrutura para as entrevistas:

- 1- Qual sua idade?
- 2- Você mora em Uberlândia a quanto tempo?
- 3- Qual seu nível de escolaridade?
- 4- Com que idade você começou a trabalhar?
- 5- Há quanto tempo você tem seu próprio negócio?

- 6- Seu negócio é sobre o que?
- 7- Você possui CNPJ?
- 8- Você é a única proprietária do seu negócio?
- 9- Você possui algum funcionário?
- 10- Qual sua renda mensal familiar e individual?
- 11- Você possui algum outro trabalho?
- 12- Onde você trabalhava antes de começar a empreender?
- 13- De onde surgiu a ideia do seu negócio?
- 14- O que te motivou a empreender?
- 15- Você está satisfeita com os resultados do seu negócio? Pretende continuar seu empreendimento?
- 16- Se em algum momento surgir uma proposta de trabalho formal, com salário, carreira, benefícios, você aceitaria ou não?
- 17- Você tem alguma reserva financeira, paga INSS ou algum outro modelo de previdência privada, seguro saúde, com o objetivo de se proteger em caso de invalidez ou se aposentar em algum momento futuro? Por quê?
- 18- Como você se vê profissionalmente? Como empresária, trabalhadora ou o que?

As questões 01, 02 e 03 foram utilizadas como forma de conhecer as entrevistadas e confirmar que elas faziam parte do recorte de análise escolhido. Em seguida, as questões passaram a ter um foco maior na atuação profissional delas. A questão 04 nos permitiu compreender desde qual idade as entrevistadas estão inseridas na lógica do mercado de trabalho. Feita esta introdução, as questões buscaram entender a realidade do empreendimento de cada uma das entrevistadas e o que as motivara a buscar esta modalidade de sustento: se a ideia de “inovar” ou a necessidade diante da falta de oportunidades no mercado de trabalho.

Com base nas respostas conseguimos identificar se as mulheres eram empreendedoras iniciais ou não, qual o segmento de atividade que elas exerciam em seus empreendimentos, e se as mesmas trabalhavam na informalidade. A renda individual e familiar, relacionada à existência ou não de funcionários, nos permitiu analisar que todas as entrevistadas possuíam pequenos negócios.

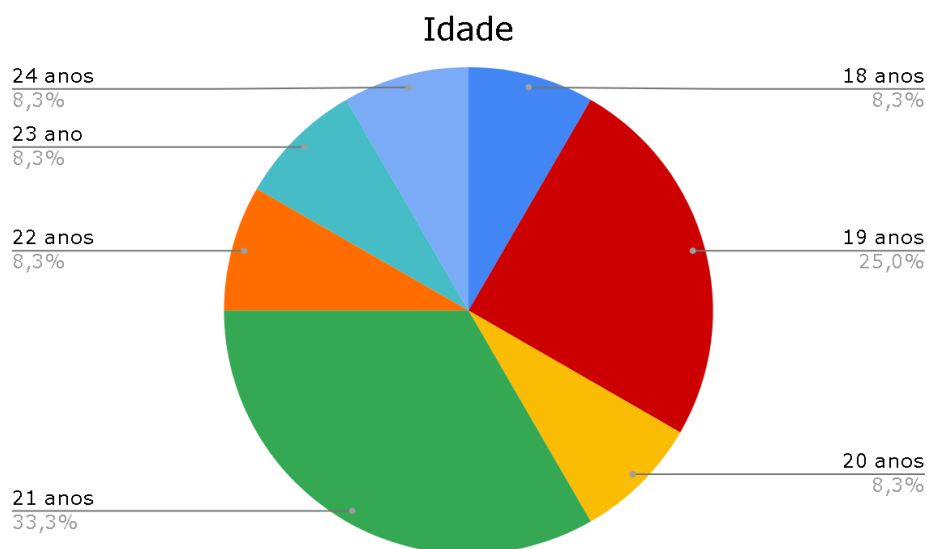
A partir da questão 11, o foco da entrevista foi compreender de que forma as mulheres entrevistadas analisavam o ato de empreender e como a racionalidade neoliberal interfere nas suas percepções acerca da sua realidade material. A motivação para empreender, a satisfação

com seu trabalho, a visão acerca de trabalhos formais e a forma como se enxergam nos permitiu analisar de que maneira a acumulação flexível interfere na ação individual de cada uma delas. Dessa forma, a seguir traremos mais a fundo os resultados obtidos nas entrevistas, e quais nossas percepções acerca da visão que cada empreendedora possui de si mesma e de seu negócio.

#### 4.1. Jovens empreendedoras iniciais

Como o foco da análise era compreender a realidade de mulheres jovens, realizamos um recorte onde as entrevistadas possuíam entre 18 e 24 anos. Este recorte ocorreu pois os jovens “têm sido responsabilizados pelos problemas e, exatamente por isso, convocados a serem a solução, sendo criativos, versáteis, móveis, imediatistas, pró-ativos e aptos a lidar com novas tecnologias.” (PIRES, MOTTA, 2021, p.02). Em nossa pesquisa, é possível analisar que o predomínio é de mulheres com 21 anos (33,3%), seguido de mulheres com 19 anos (25%).

Gráfico 1: Idade das empreendedoras entrevistadas

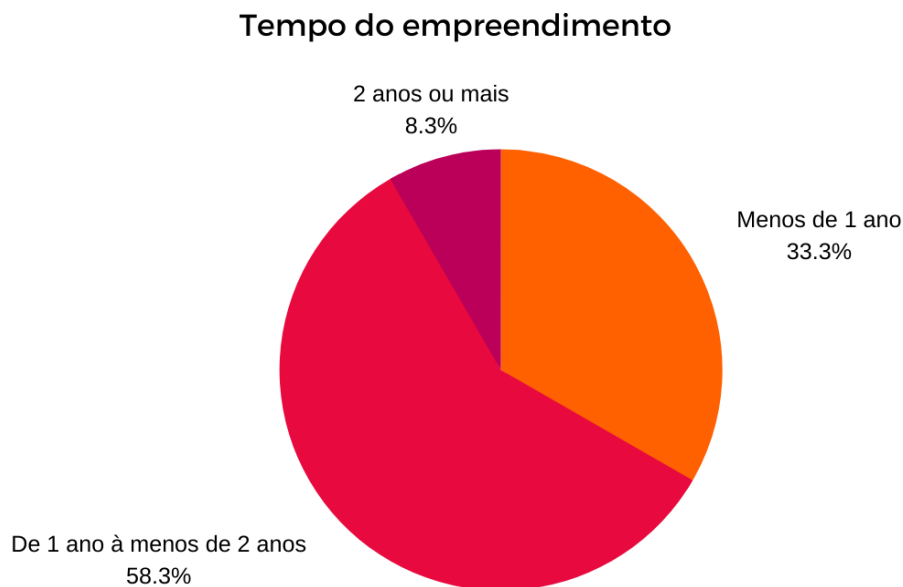


Fonte: Elaboração própria (2022)

Além de se enquadrar na categoria jovem, todas as entrevistadas são, de acordo com a GEM (2019), empreendedoras iniciais. Isso ocorre pois elas estão a menos de 3,5 anos em operação. A Entrevistada 06 empreende há dois anos e é a que possui o próprio negócio há mais tempo.



Gráfico 2: Tempo em que as entrevistadas empreendem



Fonte: Elaboração própria (2022)

Outra questão que perpassa sobre a realidade dos empreendedores é a busca pela qualificação. No capitalismo flexível, ser qualificado se tornou essencial e os indivíduos investem cada vez mais em cursos profissionalizantes. No caso das empreendedoras, essa qualificação traz em seu bojo a incorporação da venda de novos serviços e produtos ao seu negócio, visando a complementação de renda. Dessa forma, adiante trataremos mais a fundo essa questão.

#### **4.2. A inserção das jovens no mercado de trabalho e a necessidade de se qualificar**

Através de uma análise acerca de jovens que trabalham em startups e jovens periféricos de projetos sociais, Pires e Motta (2021) apontaram que em ambos os contextos, podemos observar uma representação da juventude como criativa, flexível, inovadora, autônoma e empreendedora. Porém a materialização desses adjetivos se dá de forma desigual à depender da realidade social de cada um.

Uma categoria apresentada pelas autoras é a dos jovens “sim-sim” e “nem-nem”. Os “sim-sim”, são os que trabalham e estudam, já os “nem-nem” não desempenham nenhuma dessas funções. “A categoria “nem-nem” carrega um julgamento de valor, como se os jovens que estão nessa condição, em geral mais pobres e menos escolarizados, com destaque para as mulheres, não quisessem trabalhar.” (PIRES, MOTTA, 2021, p.14). Já os sim-sim, são representados, segundo as autoras, como modelo cultural contemporâneo, são os indivíduos que conseguem aderir à multifuncionalidade.

Gráfico 3: Grau de escolaridade das entrevistadas



Fonte: Elaboração própria (2022)

No que diz respeito ao grau de escolaridade das entrevistadas, 50% possuem o ensino superior incompleto. Dessa porcentagem, todas seguem cursando a graduação. Nenhuma das entrevistadas que se encaixam na categoria “sim-sim” possuem um empreendimento que seja do mesmo ramo de atividade da sua formação em andamento. A Entrevistada 01, por exemplo, faz graduação no curso de História e tem um brechó online. Apenas a Entrevistada 07, que trabalha com Marketing Digital, possui ensino superior completo, e tem um empreendimento na sua área de formação.

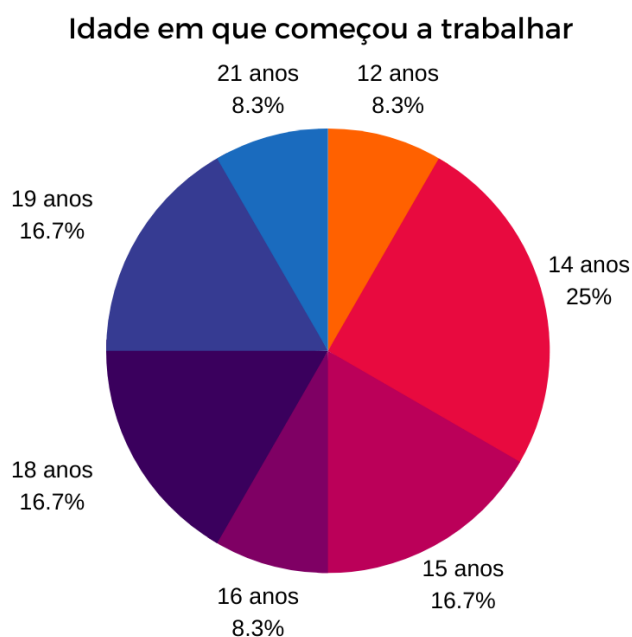
Em um cenário onde a qualificação se intensifica da mesma forma em que os salários diminuem (PAIVA, 2000), realizar cursos técnicos passa a ser uma alternativa para complementação de renda. É justamente nessa realidade que se encaixam as Entrevistadas 10 e

05, ambas realizaram cursos profissionalizantes com o objetivo de se tornarem multifuncionais em seus empreendimentos. A Entrevistada 05 possui uma loja virtual de lingerie e, por mais que essa seja sua principal fonte de renda, ela realizou um curso profissionalizante de design de sobrancelhas, encontrando assim uma forma de complementar seu rendimento mensal. Já a Entrevistada 10 nos relatou que, ao voltar a empreender, decidiu realizar outros cursos para complementar sua profissão de maquiadora.

Na pandemia eu parei de maquiar né? Engravidei e eu não quis correr risco de ter contato com outras pessoas então parei de maquiar total aí eu ganhei neném voltei. Aí eu fiz meu curso de... meu curso de cílios e sobrancelhas e decidi empreender. Do nada decidi empreender, decidi voltar pra maquiagem, sempre tive vontade de ir pra essa área da beleza de fazer outras coisas e fiz, pedi minhas contas, eu tinha um dinheiro reserva, um dinheiro guardado, vendi meu carro, troquei por um carro mais inferior, peguei o dinheiro da troca e investi no espaço. Vim com a cara e que a coragem mesmo e tô aqui satisfeita. (ENTREVISTADA 10)

Aderir à multifuncionalidade é citado pelas entrevistadas como algo quase que natural. É como se exercer apenas uma função em seu empreendimento não fosse suficiente, e de fato, por vezes, não é. Na fala da Entrevistada 10, a ação de retomar o empreendimento só foi possível após a realização de um curso profissionalizante. Concluir esse curso lhe proporcionou mais confiança a voltar a empreender e um leque maior de clientes e de trabalho, de forma a aumentar seu ganho.

Gráfico 4: Idade em que as entrevistadas começaram a trabalhar



Fonte: Elaboração própria (2022)

Um outro ponto que nos chamou atenção foi como a maior parte das entrevistadas ingressaram no mercado de trabalho antes de atingir a maioridade – cerca de 58,3%. Dessa porcentagem, 25% começaram a trabalhar com 14 anos. A Entrevistada 10 nos descreveu que trabalha desde os 12 anos de idade. Hoje ela tem 21 anos e possui um empreendimento na área da beleza.

Comecei a trabalhar com doze anos de idade fazendo biquinho... é... coisa que era possível pra minha idade. Com quinze anos, eu acho que com quinze, eu trabalhei de carteira assinada... quinze ou dezesseis... assinado de menor aprendiz. (ENTREVISTADA 10)

Os jovens, a depender de sua realidade social, se veem obrigados a iniciar no mercado de trabalho desde muito cedo. Nossa juventude nasceu e foi criada na acumulação flexível, resultando em um processo de naturalização da instabilidade e de incentivo à ação individual.

De todo modo, apagam-se questões estruturais e se fortalece o discurso da retração do papel social do Estado e dos direitos sociais, enquanto rejeitam-se projetos e horizontes políticos coletivos. É justamente esse referencial, com ênfase no indivíduo e na auto-responsabilização, que fundamenta a ideia de protagonismo juvenil. (PIRES, MOTTA, 2021, PAG. 16)

O protagonismo juvenil, segundo as autoras, está pautado na ideia de que os jovens são os agentes para ações que resultem em uma transformação social. Ou seja, para superar uma condição desfavorável e ascender socialmente, os jovens devem depender exclusivamente do seu empenho individual. Dessa forma, por muitas vezes, a insegurança e instabilidade passam a ser vendidas como pontos positivos na realidade social da juventude. É nesse discurso que a responsabilização individual ganha espaço, e muitos optam por seguir empreendendo.

Por seu turno, o tema do empreendedorismo passa a ocupar as agendas de organismos públicos e privados, sobretudo nos últimos dez anos. Para além da geração de ocupação e renda, a ênfase consiste em moldar um determinado tipo de personalidade, em tese ajustada ao espírito do capitalismo: concorrencial, individualista, focado na responsabilização das pessoas. Os jovens, enquanto “sujeitos em formação”, receberam de forma mais significativa as investidas voltadas à difusão de uma cultura empreendedora. (TOMMASI, CORROCHANO, 2020, pag. 364)

O capitalismo flexível tornou o pleno emprego uma meta inalcançável, dessa forma, o desemprego tornou-se parte da realidade de muitos indivíduos, em especial dos jovens. A juventude é a que mais sofre com esse cenário instável, sendo assim as investidas focadas em uma disseminação da cultura empreendedora surtem mais efeito. A responsabilização individual é incorporada na vida dos jovens de forma a incentivá-los a empreender. Esse incentivo carrega consigo uma aversão ao trabalho formal. A negação de direitos trabalhistas e postos de trabalho

estáveis esteve presente na fala de algumas das entrevistadas, a seguir iremos dissecar melhor a temática.

#### **4.3. A ideologia empreendedora como fuga para o desemprego**

A cultura empreendedora surte mais efeito quando combinada com um cenário de desemprego estrutural. De acordo com o repórter Victor Ribeiro (2021) - da Rádio Nacional - a pesquisa realizada em 2021 pelo IBGE, aponta que 31% dos jovens entre 18 e 24 anos estão desempregados. Segundo ele, uma nota técnica divulgada pela Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Economia, aponta que os jovens são a maior parcela de indivíduos que se veem no chamado desemprego a longo prazo, que ocorre quando a pessoa passa mais de dois anos direto procurando alguma vaga de trabalho. O empreendedorismo pode ser visto então como uma tentativa de se recolocar em um mercado de trabalho cada vez mais restrito e seletivo. A entrevistada 03 nos ajuda a compreender como tal visão está difundida entre os jovens:

Então tem muito tempo que eu já tinha vontade de abrir um sex shop, mas nunca tinha dinheiro né minha filha, a vida do jovem é difícil, aí agora na pandemia, bem no meio da pandemia mesmo, eu não tava fazendo nada, eu não tava trabalhando, aí eu pensei em abrir, pedi o dinheiro emprestado pro meu pai, aí eu abri minha loja. Bem difícil no começo porque tem que pegar dinheiro emprestado, pagar, repor material, aí é bem difícil. (ENTREVISTADA 03)

A Entrevistada 03 foi uma das mulheres que, mesmo que de forma sutil, citou que antes de empreender não estava “fazendo nada”. Assim como ela, a Entrevistada 09 também viu no empreendedorismo uma forma de se “ocupar”:

Antes de empreender eu trabalhava numa casa de materiais elétricos. Eu não, não era a minha cara, eu saí de lá. Fiquei uns dois meses sem fazer nada, eu estava sentindo falta, fiquei muito parada. Eu não consigo ficar assim parada de pernas pro ar, só fazendo faculdade, eu não consigo não ter outra coisa pra preocupar minha cabeça. Então eu abri a loja, e assim exatamente um mês depois me chamaram pra um serviço, eu aceitei e aí eu estou levando tudo junto, eu levo a faculdade, eu levo esse serviço né, com a carteira assinada e a minha lojinha. (ENTREVISTADA 09).

Já a Entrevistada 05 encontrou no empreendedorismo uma maneira de adquirir sua própria renda. Antes de empreender, ela auxiliava sua mãe - que também é empreendedora - na venda de lingerie.

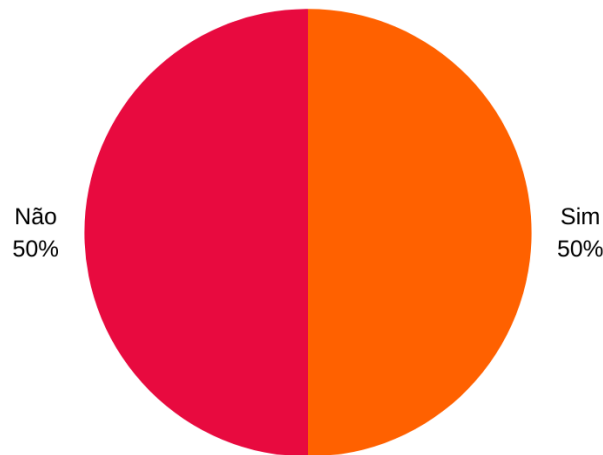
Eu fiquei um tempinho parada, é.. só que nessa época eu morava com minha mãe, e a minha mãe é manicure e também vende lingerie daquelas consignadas sabe, que você pega o pacote, vende por um tempo e depois devolve, eu comecei a ajudar ela a vender essas lingerie, enquanto ela fazia as unhas das mulheres, eu ia e mostrava as lingerie. Eu fiquei mais ou menos é..., quase um ano ajudando ela nisso sem ter o perfil, sem nada, e depois eu resolvi criar o perfil mais para continuar ajudando ela, tanto é que as primeiras peças da [nome da marca da loja] são das que ela vendia, e não das que eu

tenho hoje em dia. Com todo esse tempo ajudando ela e tudo mais e peguei muito gosto nisso, eu realmente, sei lá, eu não me vejo fazendo outra coisa, eu quero muito crescer mais e mais na loja pra fazer isso. (ENTREVISTADA 05)

O empreendedorismo se apresenta também como um “estilo de vida”. Ser empreendedor consistiria em possuir uma “personalidade proativa”, de quem tem “vontade de correr atrás” do próprio futuro e busca melhorar sua realidade social a partir da sua ação individual. O sucesso e o fracasso no empreendimento seriam resultados diretos das ações individuais, nunca das estruturas sociais, da economia, do mercado. Reforçar esses valores contribui de forma direta para a incorporação da ideologia empreendedora na subjetividade da juventude, incentivando um olhar individualista acerca da realidade.

#### Gráfico 4: Visão das entrevistadas sobre a aceitação de trabalhos formais

Se em algum momento surgir uma proposta de trabalho formal, com salário, carreira, benefícios, voce aceitaria ou nao?

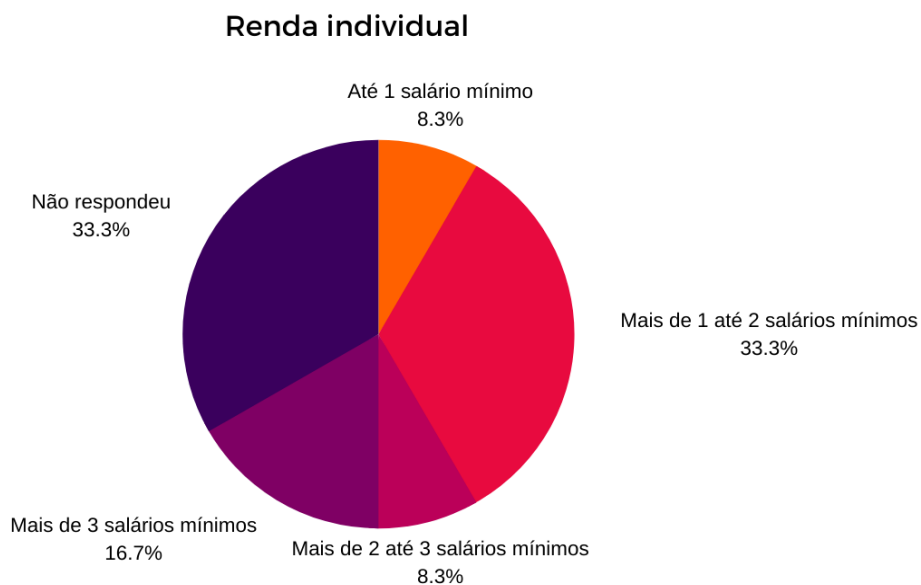


Fonte: Elaboração própria (2022)

Esse olhar individualista esteve presente em seis das doze entrevistadas. 50% declararam uma aversão a voltarem ao cargo de trabalhadoras com carteira assinada. Uma delas foi a Entrevistada 10, que apesar de já ter experiências em empregos formais, como o de menor aprendiz, não deixaria de empreender para retornar a um trabalho formal, com salário, carreira e benefícios. “Não tenho vontade de voltar a trabalhar de carteira assinada de forma alguma, eu tenho vontade de crescer o meu negócio” (ENTREVISTADA 10). As Entrevistadas 02, 05, 06, 08 e 12 compartilham da mesma visão.

Apesar de ser uma fuga para o cenário de desemprego estrutural, o empreendedorismo, por vezes, não proporciona aos empreendedores uma realidade de ascensão social. A renda individual das entrevistadas nos mostram que elas ainda não conseguiram uma mudança material significativa em relação ao dinheiro adquirido com seus trabalhos.

### Gráfico 5: Renda individual das empreendedoras entrevistadas



Fonte: Elaboração própria (2022)

Dentre as entrevistadas que souberam responder acerca da sua renda individual, 33,3% possuem renda entre mais de 01 salário-mínimo até 02 salários-mínimos. Três entrevistadas optaram por não responder à questão relacionada à sua renda, porém apenas duas justificaram o motivo. As Entrevistadas 01 e 05 afirmaram que não conseguem determinar uma renda média mensal pois ambas possuem empreendimentos cujos rendimentos variam muito de um mês para outro. “Eu não recebo fixo né, nenhum dos dois trabalhos que eu tenho é fixo, nem a [marca da loja online] e nem a sobancelha, os dois na verdade é a mesma coisa, tem mês que eu atendo muitas pessoas, e tem mês que eu não atendo quase nenhuma” (ENTREVISTADA 05).

Apesar de possuir um pequeno empreendimento, que não garante nem uma média de rendimento, a Entrevistada 05 afirmou que já chegou a recusar propostas de emprego formal:

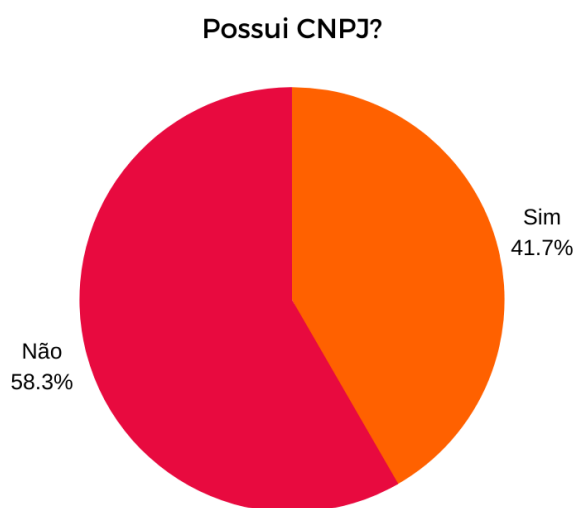
Na verdade já surgiu sim umas, acho que se eu não me engano, três propostas de trabalho formal né, com carteira assinada e tudo mais, mas eu recusei porque eu realmente to com o objetivo de crescer a loja, e eu acho que se eu tiver algum outro emprego de carteira assinada, que vá consumir muito o meu tempo, eu não vou, sei lá, conseguir conciliar os dois, entendeu? (ENTREVISTADA 05)

A aversão à estabilidade proporcionada por trabalhos formais demonstra uma constante naturalização do risco, indo ao encontro do entendimento de Dardot e Laval, que reproduzimos: “Em todas as esferas de sua existência, o sujeito empresarial é exposto a riscos vitais, dos quais ele não pode se esquivar, e a gestão desses riscos está ligada a decisões estritamente privadas. Ser empresa de si mesmo pressupõe viver inteiramente em risco.” (DARDOT, LAVAL, 2016, p.339).

A racionalidade neoliberal produz sujeitos que estão em uma busca constante por maximizar seus resultados, expondo-os a constantes riscos. Somada a questão da qualificação, as empreendedoras entrevistadas buscam sempre, por mais trabalhoso que seja, novas formas de aumentar seus resultados profissionais.

Dardot e Laval (2016) nos mostram que o risco aparece cada vez menos como um “risco social”, que é assumido por alguma política estatal, e cada vez mais como “um risco ligado à existência”. Dessa forma, por deter responsabilidade ilimitada sobre o seu negócio, as empreendedoras se veem responsáveis por toda e qualquer escolha necessária, de modo a naturalizar a exposição à instabilidade que seu trabalho proporciona, e negar o trabalho estável.

#### **Gráfico 6: Quantidade de empreendedoras entrevistadas que possuem ou não CNPJ**



Fonte: Elaboração própria (2022)

A naturalização do risco, somada a baixa remuneração, se materializa em uma baixa adesão à formalização do empreendimento por parte das entrevistadas. Apenas 41,7% possuem CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica). Todas que formalizaram seu empreendimento são



Microempreendedores Individuais (MEI). Isso ocorre pois esta é a forma mais acessível de regularizar o trabalho de um autônomo. De acordo com o site do SEBRAE (2022), para se tornar um MEI é necessário faturar até R\$81.000 (oitenta e um mil reais) por ano, ou seja, no máximo R\$6.500 (seis mil e quinhentos reais) por mês, não ser sócio ou titular de outra empresa, e ter até no máximo um funcionário que receba o salário-mínimo ou o piso da categoria.

O valor mensal pago para se tornar um MEI varia de acordo com o setor de trabalho do empreendedor. Quem atua no comércio ou indústria, precisa contribuir com R\$61,60 (sessenta e um reais e sessenta centavos), já prestadores de serviços com R\$65,60 (sessenta e cinco reais e sessenta centavos) e comércio e serviços juntos R\$66,60 (sessenta e seis reais e sessenta centavos). (SEBRAE, 2022)

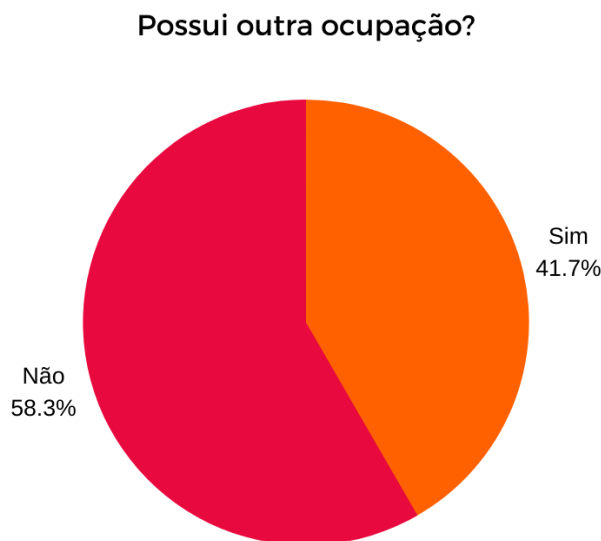
Os empreendedores que aderem ao MEI têm direito à: auxílio maternidade; afastamento remunerado por problemas de saúde; aposentadoria; isenção de tributos federais; acesso a contas bancárias e créditos com juros mais baratos e cobertura da Previdência Social para quem empreende e sua família. (SEBRAE, 2022).

O MEI é uma forma que muitos empreendedores encontraram para garantir alguns direitos básicos que todo trabalhador deve possuir, porém a falta de dinheiro faz com que muitos não consigam formalizar seus empreendimentos. No caso das entrevistadas, essa é a realidade de 58,3%. Dessa forma, vemos que algumas das mulheres entrevistadas necessitam possuir outra ocupação para complementar a sua renda. Esse debate tem ligação direta com a qualificação já citada, mas como estamos falando sobre mulheres empreendedoras, a questão do gênero também perpassa pela adesão a novas ocupações.

#### **4.4. A divisão sexual do trabalho**

Nosso debate nos leva a um ponto onde podemos demonstrar que, na realidade das entrevistadas, por vezes, apenas empreender não é o suficiente para seu sustento. Quando questionadas se possuem ou não outra ocupação, 41,7% das entrevistadas apontaram que trabalham em outros locais.

## Gráfico 7: As entrevistadas possuem ou não outra ocupação além de seu empreendimento



Fonte: Elaboração própria (2022)

A Entrevistada 04, por exemplo, além de empreender, também é professora da educação infantil em uma escola bilíngue. Quando questionada sobre sua maior motivação para empreender, ela afirmou que:

Foi definitivamente da necessidade de ter uma renda extra. A ideia inicial era fazer algo bem pequeno pra vender somente pra amigas mais próximas, mas depois que fomos pra internet vimos que havia possibilidade de crescer e foi daí que começamos a investir mais ainda na loja. (ENTREVISTADA 04)

A Entrevistada 09 possui uma realidade um pouco parecida. Além de seu empreendimento, ela também trabalha em uma casa de decoração de festas.

Com um mês de loja me ofereceram o emprego eu aceitei porque eu sei que quando a gente começa a empreender demora pra receber um retorno que dá pra sustentar a gente. [...] Então eu aceitei esse trabalho formal com carteira e tudo pra ir levar na minha loja mais tranquila, né? Não ficar naquele desespero de que tá faltando dinheiro, tá fechando o mês no vermelho, tendo um...um segundo trabalho é mais fácil de levar. (ENTREVISTADA 09)

Já a Entrevistada 01 abriu margem para um novo debate acerca do empreendedorismo feminino. Quando questionada se exerce outra função ela nos apontou:

Então, atualmente eu trabalho em um dos trabalhos mais antigos e mais exaustivos que existem, que infelizmente não é reconhecido, não é remunerado e não é respeitado, que é o trabalho doméstico. É... eu tenho um irmão de 1 ano e meio, meus pais trabalham em tempo integral, os dois, eu praticamente crio o meu irmão desde que ele nasceu, e ele nasceu no início da pandemia né, em março de 2020. É... desde então eu tenho feito todo o trabalho de casa e o trabalho de cuidar dele, praticamente um trabalho materno. (ENTREVISTADA 01)

Na fala da Entrevistada 01, é possível observar que ela possui consciência de que sofre um tipo de opressão. Ela fala sobre não ser reconhecida enquanto uma mulher que possui uma outra ocupação. Seu título de trabalhadora está vinculado apenas ao seu empreendimento, porém ela sabe e reconhece que sua outra ocupação não deixa de ser um trabalho. A opressão sofrida e relatada pela entrevistada é a mesma que se faz presente na realidade de muitas mulheres. O que se vê é que o trabalho doméstico é “efetuado gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno.” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.597)

A atribuição do trabalho doméstico à figura da mulher faz parte do debate em torno da divisão sexual do trabalho. Hirata e Kergoat (2007) nos apontam que quando pesquisadoras deram início as discussões em torno da temática, a figura da família como uma entidade natural foi rompida e o que se viu foi a ascensão de um debate que coloca a família em um local de exercício de um outro trabalho, houve uma intensificação da análise em torno do trabalho produtivo, e como o mesmo está vinculado à figura do trabalhador masculino, qualificado e branco.

A divisão sexual do trabalho é um fator que reproduz as relações sociais presentes entre os sexos. Sua característica central é a atribuição da esfera produtiva à figura do homem e da esfera reprodutiva à figura da mulher. Dessa forma, os homens passam a assumir postos de trabalhos com maior valor monetário e social. Essa divisão do trabalho legitima uma ideologia naturalista. “Rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a papéis sociais sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p.599).

Na nossa pesquisa, apesar da fala da Entrevistada 01, a questão do trabalho doméstico não foi muito aprofundada. No questionário faltaram questões para dissecar melhor o tema. Porém, visando dar uma continuidade a pesquisa, optamos por dar início a esse debate.

As empreendedoras – foco desta pesquisa – compõem o grupo que Harvey (1992), Antunes (2002) e outros apontaram como “patrões de si mesmas” – ou “proletárias de si mesmas” e estão isentas da segurança proporcionada pelos direitos trabalhistas. E em um cenário onde o emprego regular está cada vez mais escasso e o trabalho precário ganha espaço, empreender passa a ser visto como uma possibilidade cada vez mais viável, quando não a única.

Quando questionadas sobre como cada uma das entrevistadas se veem profissionalmente, tivemos uma gama de respostas, porém todas com um olhar muito positivo sobre empreender. A Entrevistada 09 aponta que se vê como uma empresária.

Enxergo como empresária mesmo. Eu acho um termo assim, que tem uma energia muito diferente do que trabalhadora ou proprietária. Eu acho que a empresária passa aquele ar de que a pessoa está lutando pra ter uma coisa dela. Está batalhando não pros outros, mas pra ela mesma. Então eu me vejo como empresária, mesmo que pequena, né? Que tem essa diferença de empresária grande, pequena, gente que já conseguiu crescer. Eu acredito que esse termo é o que eu enxergo pra mim. (ENTREVISTADA 09)

Nesta fala vemos de maneira clara como o empreendedorismo é citado como um estilo de vida. O ser empreendedor perpassa por ser uma pessoa que se dedica, que luta para conquistar algo seu. Ela traz em sua subjetividade os aspectos da ideologia empreendedora. As Entrevistadas 03 e 10 compartilham da mesma visão. A Entrevistada 03 se descreve como empresária, porém deixa claro que também se identifica enquanto uma trabalhadora: “Então eu me vejo como uma empresária, mas também me vejo como uma trabalhadora, não sou aquele empresário que chega, manda e não faz nada, eu trabalho, sou os dois, é isso” (ENTREVISTADA 03).

A fala da Entrevistada 10 segue a mesma lógica:

Olha me vejo tudo, eu sou empresária sim, eu me vejo como empresária porque é o meu negócio, eu tenho que lidar com pessoas e eu tenho que lidar com fornecedores e tudo mais, tudo que abrange aqui eu que tenho que cuidar... é só eu sozinha, então eu me vejo como empresária mas eu também sou mão de obra, então eu também me vejo como trabalhadora... eu sou trabalhadora, se eu não trabalhar eu não recebo. Não é um tipo de empreendimento que um funcionário ganha dinheiro pra mim. Eu que tenho que ganhar o meu próprio dinheiro. Então eu sou os dois. Eu sou a empresária, a dona do negócio, mas eu também sou a trabalhadora deste. (ENTREVISTADA 10)

Já a Entrevistada 05 acredita que está em transição, ela aponta que necessita se qualificar para adquirir o título de empresária.

Eu parei para ler a diferença de empreendedora e empresária e eu diria que eu to em uma transição de empreendedora para empresária. Eu atualmente ainda estou estudando muito sobre gestão de vendas, marketing, como você trabalha com instagram, porque se não ele não vai entregar a sua loja para outras mulheres conhecer, então é muita coisa ainda, então eu não diria que eu sou nem uma empresária... grande (risos), e nem uma empreendedora pequena porque eu tenho uma visão muito grande da marca. (ENTREVISTADA 05)

Apesar de não possuírem uma renda mensal que proporcione uma ascensão social, todas as entrevistadas buscam no empreendedorismo uma forma de tentar fugir da precarização do trabalho – apesar desta também ser uma forma de trabalho precário. Sendo apenas autônomas ou não, todas estão incluídas nos grupos periféricos e não gozam de vantagens e perspectivas de promoção e seguro em seus trabalhos (HARVEY, 1992).

Em síntese, os resultados apresentados e discutidos até aqui, a nosso ver, apontam para a comprovação das hipóteses levantadas de que o empreendedorismo, distante de ser uma ideia

“inovadora”, é um mascaramento da precariedade do trabalho vivida por parcela importante da juventude atual.

As respostas, os dados colhidos e as análises feitas não deixam dúvida de que as jovens empreendedoras aqui analisadas não mudaram de patamar e nem de classe social ao trilharem o caminho do negócio próprio, mas apenas corroboram o conceito já aqui debatido de “proletário de si mesmo” de Ricardo Antunes (2020), no qual o trabalhador empreende sua própria força de trabalho, ainda que pareça para si e para os outros um “patrão”, um “empreendedor”, quando na verdade trata-se de um trabalhador sem emprego formal que busca alternativas de sustento na porta que se abre com mais facilidade.

### **Considerações finais**

O neoliberalismo é ponto de partida para a compreensão do empreendedorismo e do ser empreendedor. O mesmo ascende em um cenário onde era necessária uma adaptação dos trabalhadores frente às mudanças organizacionais de produção. Dessa forma, a classe trabalhadora viu sua subjetividade sendo capturada por uma nova configuração de trabalho. Os efeitos dessa nova lógica do capital – cujo conceito de acumulação flexível de Harvey (1992) é o que adotamos como definição mais precisa – produz os sujeitos neoliberais, que são trabalhadores multifuncionais envolvidos pelo espírito competitivo.

O empreendedorismo é apresentado como uma maneira de, através da ação individual, driblar toda a precarização aparente. E ele é absorvido pelas empreendedoras entrevistadas como uma maneira de, através de seu próprio esforço, ascender socialmente e mudar de vida. Elas se veem como únicas responsáveis pelo seu emprego e desemprego, o trabalho não é citado mais como algo de caráter coletivo, cada uma valoriza sua ação individual e tudo o que conquistaram através dela.

O somatório das entrevistas, portanto, apontam para a direção de nossa hipótese de que o empreendedorismo cria uma fábula de mundo concorrencial e de oportunidades no qual o sucesso dependeria do esforço individual, quando na verdade a vida destes trabalhadores em nada muda para melhor: seguem ganhando na mesma faixa de renda, não ascendem socialmente, continuam sendo explorados por trabalhos pouco remunerados e que demandam um esforço cada vez maior para faturar a mesma quantia, enfim, não tem qualquer potencial transformador da vida individual, ainda que se apresente desta forma.

E esta falta de potencial transformador, que na ideologia empreendedora aparece como resultado da ação individual do trabalhador, na verdade é a própria estrutura do capitalismo neoliberal, na qual as formas de trabalho regredem a versões de antes do capitalismo industrial (como a produção familiar doméstica, por exemplo); há um reduzido número de vagas de trabalho estáveis, reservadas a indivíduos multifuncionais, adaptáveis, com mobilidade geográfica, enfim, postos muito exclusivos, enquanto os demais transitam na periferia das corporações, vendendo serviços que antes eram parte da composição dos produtos e hoje compõe uma rede de prestadores precarizados que empilham empregos para, ao final, obterem ganhos ainda menores do que teriam em empregos formais.

A somatória das entrevistas colhidas ao longo da pesquisa demonstra que o caminho do empreendedorismo é, na verdade, o caminho da precarização, do subemprego, empacotado na forma de liberdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni Antônio Pinto. **Trabalho e subjetividade: o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital**. Boitempo: São Paulo, 2008

ANTUNES, Ricardo. **As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas do Estranhamento (Alienação)**. Caderno Crh, Salvador, n. 37, p.23-45, jul./dez. 2002.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ASN. Agência Sebrae de Notícias (Asn). (org.). **Taxa de empreendedorismo no Brasil cai mais de 18% durante a pandemia**. 2021. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/arquivo/taxa-de-empreendedorismo-no-brasil-cai-mais-de-18-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil: 2019. Coord. Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2020.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, Brasil, v. 37, n. 132, p. 595-609, nov. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2022.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**. 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**JORNAL ESTADO DE MINAS: A união faz a força: como as empresas de sucesso valorizam seus funcionários**. Uberlândia, 15 maio 2017. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/15/internas\\_economia,868986/saiba-com-o-as-empresas-de-sucesso-valorizam-seus-empregados.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/15/internas_economia,868986/saiba-com-o-as-empresas-de-sucesso-valorizam-seus-empregados.shtml). Acesso em: 21 abr. 2021.

LIMA, Jacob. **Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho?** Sociologias, Porto Alegre, ano 12, no 25, set./dez. 2010.

MARX, Karl. (1867). **O Capital: Crítica da Economia Política**. vol. I, T 1, São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção os Economistas).

PAIVA, Vanilda. Qualificação, Crise do Trabalho Assalariado e Exclusão Social. A Cidadania Negada, Políticas e Exclusão na Educação e no Trabalho. Buenos Aires, 1ª edição, p. 49-64. Setembro, 2000.

PIRES, Aline; MOTTA, Luana. Sobre millennials e jovens vulneráveis: racionalidade neoliberal e experiência juvenil contemporânea. In: 20º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2021, Belém. **GT 13 - Sociologia da Juventude**. 2021. p. 1-21. Disponível em: [file:///D:/debora/Downloads/Pires&Motta.%20SBS.%20Sobre%20millenials%20e%20jovens%20vulnera&%23769%3Bveis%20\(1\).pdf](file:///D:/debora/Downloads/Pires&Motta.%20SBS.%20Sobre%20millenials%20e%20jovens%20vulnera&%23769%3Bveis%20(1).pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

RIBEIRO, Victor. Pesquisa aponta que os jovens são os mais afetados pelo desemprego. **Rádio Nacional**. Brasília. 18 ago. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-08/pesquisa-aponta-que-os-jovens-sao-os-mais-afetados-pelo-desemprego#:~:text=A%20pesquisa%20mais%20rece,desemp>. Acesso em: 06 jan. 2022.

SCHUMPETER, Joseph Alois. Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SEBRAE. Cartilha do SEBRAE 40 anos. São Paulo: SEBRAE, 2012.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

TAVARES, Larissa Ferreira. **Condenados a lvercer: a atuação do SEBRAE na produção discursiva do indivíduo empreendedor de si mesmo**. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista | Entrepreneurship in light of the Marxist tradition. **Revista em Pauta**, [S.L.], v. 16, n. 41, p. 107-121, 15 ago. 2018. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/rep.2018.36687>.

TAVARES, Maria Augusta. O Empreendedorismo e a corrosão das leis trabalhistas. In: **JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 3. 2007, São Luís.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Outubro**, São Paulo, n.7, 2002.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no brasil. *Estudos Avançados*, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 353-372, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.021>.

VALENTIM, Erika Cordeiro do Rego Barros; PERUZZO, Juliane Feix. A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capitalismo. **Temporalis**, [S.L.], v. 17, n. 34, p. 101-126, 29 dez. 2017. *Revista Temporalis*. <http://dx.doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p101-126>.